

TEORIA E PRÁTICA NA “ALEGORIA DA CAVERNA” DE PLATÃO

Wilton da Conceição Alves¹ – PPGE/FE – UFG
Grupo de Estudos de
Filosofia da Educação
Comunicação
Cultura e Processos Educacionais

O texto trata da problemática: teoria e prática na “Alegoria da Caverna” de Platão, em que o universo pedagógico do fazer ver se torna decisivo. A teoria não se dá sem a prática. O elevar o pensamento à Idéia do Bem se torna decisivo na construção de uma teoria que não se perca em meio às sombras. Daí a relevância da compreensão da *Paideia* em Platão, presente no movimento “violento” realizado pelo prisioneiro da caverna. Neste sentido, trata-se de compreender na dinâmica da dialética platônica, a Verdade, o Uno, o Bem na contramão dos amadores de espetáculo.

Palavras-chave: sombras, luz, verdade.

O pensamento grego emergiu com singularidade entre as demais civilizações. Tal pensamento é apresentado por Jaeger (2001, p. 8), como iniciador da “cultura como princípio formativo”. Não se trata de “supervalorizar” os gregos, mas de constituírem-nos um novo modelo de organização política. A razão, enquanto pensamento vivo está na base, como sustentáculo desse novo agir humano. Nesse universo, “os conhecimentos, os valores, as técnicas mentais são levadas à praça pública, sujeitos à crítica e à controvérsia” (VERNANT, 2005, p. 55). Assim, tudo era posto em dúvida e submetido ao debate. Afinal, que civilização era a grega? “Para alguns estudiosos”, nas palavras de Giovanni Reale (2002, p. 62), “uma civilização da visão.”

É no âmbito da “civilização da visão” que se situa Platão. Não como um mero seguidor dos acontecimentos político-filosóficos de seu tempo. Como pensador, tem pensamento próprio, de clareza, bem como de rejeição ao engano. Sua teoria não se sustenta no pragmatismo relativista² de proveniência sofística. Rejeita o utilitarismo, o múltiplo, e caminha na defesa da justiça, da verdade, do uno, do Bem. A busca da verdade se dá por um movimento intenso, descrito na “Alegoria da Caverna”.

No início do Livro VII, em sua obra “*A República*” (514 a-b) lê-se:

¹ Mestrando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

² Nas palavras de Protágoras citado por Battista Mondin: “ ‘O homem como medida de todas as coisas; das que são, enquanto são, e das que não são, enquanto não são’ “ (MONDIN, 1981, p. 41).

Imagina homens em uma morada subterrânea em forma de caverna, provida de uma única entrada com vista para a luz em toda a sua largura. Encontram-se nesse lugar, desde pequenos, pernas e pescoço amarrados com cadeias, de forma que são forçados a ali permanecer e a olhar apenas para a frente, impossibilitados, como se acham, pelas cadeias, de virar a cabeça. A luz de um fogo aceso a grande distância brilha no alto e por trás deles; entre os prisioneiros e o foco de luz há um caminho que passa por cima, ao longo do qual imagina agora um murozinho, à maneira do tabique que os pelotiqueiros levantam entre eles e o público e por cima do qual executam suas habilidades. Para começar, achas mesmo que, em semelhante situação, poderiam ver deles próprios e dos vizinhos alguma coisa além da sombra projetada pelo fogo, na parede da caverna que lhes fica em frente?

A crítica platônica à realidade do engano presente, de modo figurado, na “Alegoria da Caverna”, se prende a necessidade de se alcançar não uma idéia aproximada do que seja a verdade, mas a verdade em si. Realidade não possível no âmbito da caverna, haja vista toda a complexidade de engano ocasionada pela ausência da luz. Em meio a tal realidade de sombras, o engano se firma como verdade. Olha-se apenas em uma direção, sobretudo quando se tem presente as forças das “cadeias”. Neste universo o que se vê são sombras. O encanto com o aparente mantém tais homens longe do real. Âmbito que se adequa para Platão (*Os Sofistas*, 235 a), “à classe dos ilusionistas³”.

É, por conseguinte, em meio às sombras em que se situam as multidões, objeto de crítica em Platão, as quais se distanciam da verdade. Assim, se tem uma realidade propícia aos “amadores de sons e de espetáculos”, os quais “deleitam-se com as belas vozes, as cores e as formas belas e todas as obras trabalhadas com perfeição; porém, são de entendimento incapaz de perceber e de amar a natureza do belo em si” (*A Rep.* 276 b). Conseqüentemente, em meio aos “amadores de sons e de espetáculos” o que recebe louvor é o aparente, em uma palavra, o que engana. O engano alimenta a fantasia, a qual gera delírio e loucura.

No Livro V de sua obra “*A República*” (477 a-b), Platão distingue opinião (*dóxa*) de conhecimento (*epistéme*), enquanto esta busca a verdade, aquela tem como objeto “o não-ser”. As multidões, por seu turno, ao se deixarem seduzir e conduzir por belos discursos não se prendem à verdade, mas, sim, ao vazio, a ausência do Ser. Nas palavras de Platão (*A Rep.* 479 e), “não contemplam a beleza em si mesma nem são capazes de acompanhar os que concitam a contemplá-la, e muitas coisas justas”, como “a justiça em si, e tudo o mais da mesma forma, diremos que apenas têm opinião, mas desconhecem de todo o objeto de suas conjecturas”. Assim, o encanto torna-se o caminho para uma realização momentânea e aparente. Neste sentido, a filosofia não pode ser agradável a tais pessoas. O alcance da verdade exige esforços rigorosos, cujo esforço não é assumido em meio ao “espetáculo”, pois a ausência de saber em meio às multidões ocasiona a rejeição da filosofia. Para Platão (*A Rep.* 494 a), “as multidões não vão de par com a Filosofia”. Afinal, filosofia não é espetáculo, bem como não é útil, se apresentando como inútil, não satisfaz o delírio e a loucura.

³ Estes, na análise do filósofo Platão (*Os Sofistas* 268 c-d) são os sofistas, os quais são definidos como: “a espécie imitativa e suscitadora de contradições da parte dissimuladora da arte baseada na opinião, pertencente ao gênero imaginário que se prende à arte ilusória da produção de imagens, criação humana, não divina”.

A ausência de sinceridade constitui o cerne do agir desordenado das multidões. Faz-se o que tem aceitação, o que tem estima, o olhar desconexo da verdade julga, bem como condena a práxis que se distancia do “espetáculo”. Essa ausência da verdade torna os “amadores de espetáculo” (*A Rep.* 475 d.) “presas” fáceis de suas próprias representações. Pois, a cada momento os homens têm uma verdade, não sendo ela mais do que um distanciar da coisa em si. As sombras os enganam, e isto acontece com facilidade. Não por força das sombras, mas por uma ausência de esforço daqueles que estão a contemplar o movimento aparente, os quais se perdem “na esfera do múltiplo e” do “variável” (*A Rep.* 484 b).

Este relativismo reduz a verdade ao aparente, fazendo de si algo inquestionável. Pois o que se vê é evidente, tão claro para os contempladores, que não há condições para a crítica. O encanto ganha terreno na proporção do seu próprio acontecimento, e o “espetáculo” dita aos homens suas ações. Com isto o que se tem é a mentira. Portanto, cada passo, cada pensamento, tudo devidamente controlado pelo aparente. Este universo de mentiras, como demonstrado, não poderia ir de par com a filosofia, pois a sua realização se dá nas profundezas da caverna. É exatamente nas profundezas, distante da verdade, em que acontecem as piores ações. Em tal universo o real não poderia ter espaço, sobretudo porque o real é estranho às sombras. Por conseguinte, “os amadores de sons e de espetáculo” não se inquietam, não se angustiam. A sua realidade congratula os acontecimentos, em meio aos quais não se rompe com o encanto. A permanência em tal situar, faz de cada homem, um receptáculo dos acontecimentos enganosos.

Na “Alegoria da Caverna”, as sombras se firmam como o real. Assim, para os prisioneiros “a verdade consistiria apenas na sombra dos objetos fabricados” (*A Rep.* 515 c). Entre o real e o aparente emerge um fosso cuja dimensão torna-se quase intransponível para alguns e, intransponível para a maioria de seus habitantes. Em meio a tal cenário de ilusão, a permanência em cada situar é a única certeza para a não decepção. O contexto presente é o agradável. Correr na contramão à verdade existente é distanciar-se para um rompimento com as “certezas” do presente. Como fazer isto é arriscado, o bom senso ilusório pede cautela. Nas palavras de Platão (*A Rep.* 493 d): “Quando uma pessoa se mistura com essa gente e lhes mostra um poema ou uma obra de arte, ou comenta dispositivo político, submetendo-os ao juízo das multidões além do que fora razoável, a necessidade denominada de Diomedes o obrigará a fazer tudo o que for do agrado dos outros”.

Que modelo educacional poderia se ter em meio a esta situação? A resposta se dá pela negativa. O espetáculo, a algazarra, não uma educação que vise à autonomia, isto é, capacidade de ver por si mesmo e poder julgar. Pergunta Platão (*A Rep.* 492 c-d): “não acabarão os moços por achar belo ou feio tudo que os outros acharem, empenhando-se” como “todos se empenham, para terminarem como todos?”.

A educação que se dá no âmbito dos “amadores de espetáculo” é um educar das sombras, que em si constitui engano. Tal engano tem sua proveniência no não-saber. Uma pedagogia que tenha a verdade como sustentáculo, “nunca” deve “admitir a mentira, porém odiá-la, e amar a verdade” (*A Rep.*). Nesta perspectiva, o modelo de educação em Platão, nas palavras de Marrou (1975, p. 111): “[...] é um tipo de educação dotado de valor e alcance universais: qualquer que seja o campo da atividade humana para o qual alguém se

orientado, não há mais que uma alta cultura válida: a que aspira à verdade, à possessão da verdadeira ciência”.

Contudo, seguir a multidão é seguir o aparente, o engano, em uma palavra, o mal, haja vista que no plano teórico de Platão, poucos se esforçam para alcançar a verdade, cuja dimensão gera angústia, bem como perplexidade. A rejeição em Platão, no que se refere à educação com raízes no “espetáculo” é enfática: “Nunca houve, nem poderá haver modificação do caráter com relação à virtude em que é educado nos métodos dessa gente” (*A Rep.* 492 e). A recusa de Platão a este fazer pedagógico se efetiva com a construção da pedagogia do esforço. Referindo-se ao prisioneiro da caverna afirma:

Se o arrastassem à força pela rampa rude e empinada e não o largassem enquanto não houvessem alcançado a luz do sol, não te parece que sofreria bastante e se revoltaria por ver-se tratado daquele modo? E depois de estar no claro, não ficaria com a vista ofuscada, sem enxergar nada do que lhe fosse, então, indicado como verdadeiro? (*A Rep.* 515 e – 516 a).

Assim, verdade, como “objeto⁴” de busca do filósofo na “Alegoria da Caverna” é conquistada por intermédio de um movimento rigoroso. Tal movimento tem sua raiz na ação do “olhar”. Para Platão (*A Rep.* 516 a-b) o prisioneiro,

Precisaria, creio, habituar-se para poder contemplar o mundo superior. De início, perceberia mais facilmente as sombras; ao depois, as imagens dos homens e dos outros objetos refletidos na água; por último, os objetos e, no rasto deles, o que se encontra no céu e o próprio céu, porém sempre enxergando com mais facilidade durante a noite, à luz da lua e das estrelas, do que de dia ao sol com todo o seu fulgor. Finalmente, segundo penso, também o sol, não na água ou sua imagem refletida em qualquer parte, mas no lugar certo, que ele poderia ver e contemplar tal como é mesmo.

Pensar teoria e prática à luz da “Alegoria da Caverna” é buscar compreender a grandeza do pensamento platônico firmado na ação educativa do olhar. A relação entre estas dimensões da ação educativa platônica se estrutura, naquilo que motivou Platão em sua filosofia: a compreensão e comunicação do Bem. Portanto, compreender o Bem e comunicá-lo torna-se uma questão decisiva na filosofia de Platão. Esta problemática no âmbito da “Alegoria da Caverna” torna-se fundamental para se compreender o necessário rompimento das cadeias, como indispensável no processo de rompimento com o imaginário “torpo”. As cadeias expressam com magnitude a força das opiniões como um bem aparente em meio às sombras da caverna. Conseqüentemente, o comportamento “normal” no âmbito da caverna não aproxima de modo alguma os homens do Ser. Neste situar, cada movimento das sombras são imprescindíveis para o contentamento e permanência na caverna. Aceitar a situação aparente torna-se fundamental para a efetivação do engano.

Em meio ao espetáculo que agrada às multidões, “a maioria [...] identifica o bem com o prazer” (*A Rep.*, 505 b). Assim, se tem o prazer do ouvir, o prazer do ver, em suma, o prazer da mentira. Realidade antagônica à do filósofo, o qual se realiza com “a

⁴ Não como uma coisa no sentido de apetrecho, mas como o que se sobrepõe à realidade imanente.

idéia do bem [...] fonte primitiva do conhecimento e da verdade” (*A Rep.* 508 e). Neste sentido, a pedagogia em Platão assume conotação de metafísica; sendo uma educação rumo ao Ser, a qual passa por um intenso devir. Trata-se de compreender este fazer pedagógico do dever ser, o qual tem na virtude o indispensável. Vaz (2000, p. 89), referindo-se à virtude em Platão afirma: “enquanto o finalismo da *téchne* é orientado para a perfeição do objeto fabricado, o finalismo da *práxis*, regido pela *theoría*, é orientado para a perfeição do próprio agir, para sua *areté*”. Não há uma distância entre teoria e prática, afinal ambas se dão como indispensáveis para a vida do homem justo.

Uma vez tendo o conhecimento ocupado o espaço do não saber, o homem passa a ter condições de orientar o seu olhar e, assim, o conhecimento verdadeiro torna-se o ponto forte de sustentação do agir virtuoso. A antiga situação de “ausência de saber”, por prender-se às sombras, não tinha a virtude. Contudo, a excelência do agir humano externa a verdade, não podendo o justo se perder em meio às adversidades do universo do espetáculo. A virtude se firma, nesta perspectiva, na inteireza do agir humano. Sendo a razão de ser do homem excelente, o não distanciamento da verdade. Por conseguinte, como a razão de ser do Sol é iluminar, a *práxis* à luz do *SOL da VERDADE*, não pode acontecer de modo desordenado. Cada ação tem o seu alvo, cada objetivo tem sua finalidade. Esta associação do agir com a finalidade é decisiva na filosofia de Platão, sobretudo quando se tem em vista o objetivo desta filosofia: a cidade ideal.

Com efeito, o encontro com o Bem em todo o seu esplendor gera alegria, perplexidade e profunda angústia. Trata-se de um novo cenário, o qual traz em si a grandeza do Bem. Em tal sentido, a luz faz o homem “ver” cada coisa em seu esplendor natural. Afirma Platão (*A Rep.* 517 b-c):

No limite extremo da região cognoscível está a idéia do bem, dificilmente perceptível, mas que, uma vez apreendida, impõe-nos de pronto a conclusão de que é a causa de tudo o que é belo e direito, a geratriz, no mundo visível, da luz e do senhor da luz, como no mundo inteligível é dominadora, fonte imediata da verdade e da inteligência, *que precisará ser contemplada por quem quiser agir com sabedoria [...]*. (grifo meu)

Por conseguinte, na relação: teoria e prática, “a idéia do bem” é o fundamento da prática. Para Vaz, (2000, p. 95) “a relação entre a *theoria* e a *práxis* se estabelece, para Platão, segundo a verticalidade da linha que culmina na contemplação ou *intelecção* (*nóesis*) do Bem e das *Idéias*”. Não podendo haver uma prática verdadeira sem a elevação à “idéia do bem”. Não se trata de um idealismo sem fundamento, mas de um idealismo necessário à orientação do agir humano. Um paradigma, um ideal a ser alcançado, que por seu turno passa pela prática humana. Neste sentido, a própria idéia do Bem faz do filósofo, enquanto amante da verdade, um responsável por externar o bem em cada ato seu.

Pensar o fundamento entre teoria e prática é compreender a natureza da justiça. Esta não se atém apenas ao plano da teoria, mas se dá com ênfase no plano da *práxis*. Portanto, a justiça assume conotação fundamental em tal pedagogia, haja vista que para o filósofo Platão (*A Rep.* 451 a), é “menor crime matar alguém involuntariamente do que enganar quem quer que seja, em matéria de legislação, a respeito do belo, do bom e do justo”.

O pensamento de Platão perpassa o discurso teórico para se firmar no campo da práxis como indispensável ao fazer político, sendo suas ações orientadas ao campo da política no contato direto com seus alunos, bem como com tentativas de convencer os tiranos a realizarem governos fundados com a Filosofia. Afinal, não se trata de ficar preso à contemplação das Idéias, mas de um necessário retorno à caverna, o que desponta em Platão com ações pragmáticas. Nas palavras de Marrou (1975, p. 108):

[...] ele jamais admitirá ser apenas um teórico; até o fim, permanece disposto a ouvir qualquer apelo à ação. Duas vezes ainda, por volta de 367 e 361, retorna a Siracusa a fim de tentar de novo a mesma experiência, junto ao filho e sucessor de Dionísio o Antigo. Aliás em vão, e ao preço dos mesmos riscos. Mais tarde, com seus conselhos, ajuda seu aluno e amigo Dion a derrubar, em 357, Dionísio o Jovem; depois, em 353-352, auxilia Hiparino e os outros parentes ou amigos de Díon a vingarem o assassinio deste último.

Em suma, não se trata de uma busca sem sentido, mas de uma busca que faz da teoria, bem como da prática pontos decisivos na tentativa de realização da política, bem como de uma educação, fundamentadas na completude filosófica.

Referências

- JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MARROU, Henri-irénée *História da educação na antiguidade*. Trad. de Mário Leônidas Casanova. São Paulo: EPU, 1975.
- MONDIN, Battista. Curso de filosofia. Trad. do italiano de Benôni Lemos; revisão de João Bosco de Lavor Medeiros. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.
- PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.
- PLATÃO. *A República: ou sobre a justiça. Gênero político*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Introd. Benedito Nunes. 3. ed. Ver. Belém: Ed. UFPA, 2000.
- _____. *Defesa de Sócrates*. Trad. Jaime Bruna. Introd. Jaime Bruna. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.
- _____. *Diálogo: Fédon*. Trad. Jaime Bruna. Introd. Jaime Bruna. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.
- _____. *Diálogo: Sofista*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Universidade Federal do Pará, 1980.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga: Platão e Aristóteles*. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002, v. 2.
- VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 2000.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 15. ed. Tradução Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2005.